



fundação podemos  
política para todos

# *Entrevista* COM MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA



**Fundação Podemos: A crise de saúde que assolou o mundo abriu uma série de debates sobre as respostas que os Estados poderiam oferecer diante do extraordinário e do inesperado: um vírus sem vacina e ainda desconhecido. O Brasil tem sido muito criticado e considerado um dos piores países a oferecer uma resposta coordenada e planejada para combater o vírus. Diante disso tudo, como explicar a postura do Brasil em relação ao enfrentamento da crise? Quais os principais motivos, na opinião da senhora, que levaram o Brasil a ter uma resposta tão inadequada em comparação a outros países?**

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) o Brasil é o terceiro país em número de mortes por COVID19, atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos, nações mais populosas. É o quarto colocado quando olhamos as mortes por milhão de habitantes, depois de Peru, Bélgica e Espanha.

Dois são os principais fatores que jogaram contra uma resposta mais eficiente. O primeiro deles foi, sem dúvida, a atitude negacionista do presidente e, em consequência, a falta de uma política consistente para enfrentar a crise sanitária. Com seu comportamento, o presidente desorientou a população, dificultando a implementação das

medidas de isolamento tomadas pelos governos subnacionais. Além do mais, na saúde, o governo federal tem funções de coordenação e regulação importantes em relação ao SUS. Sob Bolsonaro, o Ministério da Saúde deixou de cumprilas, especialmente depois da saída do Ministro Mandetta. De outra parte, a pobreza de parte significativa da população torna difíceis – quando não impossíveis – o isolamento social e as medidas de higiene necessárias para circunscrever a pandemia. Teriam sido necessárias medidas criativas para informar e proteger a população.

A ausência do governo federal foi, em parte suprida, por governadores e prefeitos, bem como pelos conselhos de secretários estaduais e municipais de saúde. Houve também muita mobilização da sociedade, das empresas, das organizações comunitárias. Todos esses esforços, além da capacidade do SUS para atender cerca de 70% da população, evitaram que o desastre fosse ainda pior. Mas, o governo federal deixou de cumprir seu papel e o presidente, em pessoa, atrapalhou muito.

Europeu, quando salvou o euro, usando e abusando das emissões de dinheiro via Quantitative Easing, a partir de 2012) para dar liquidez aos setores real e financeiro para evitar o colapso. Evitar a recessão é impossível, pelas razões que aponte, mas mitigar seus efeitos, é possível, sim.

## **Fundação Podemos: Seria possível estabelecermos uma relação entre a ausência de projeto de país da classe política brasileira e a falta de coordenação na resposta para o combate à covid-19?**

Não acredito que possa haver um projeto de país. Em uma democracia, há sempre mais de um projeto disputando a preferência dos eleitores. Faltou coordenação porque o presidente e seu círculo mais próximo acreditam, contra toda evidência, que a COVID 19 é um problema menor que se solucionará por si mesmo, com remédios de eficácia não comprovada, como a cloroquina ou um vermífugo qualquer.

## **Fundação Podemos: Em relação ao cenário político, a senhora entende que há uma falta de orientação e plano para o país de maneira geral ou há uma ausência de liderança política que possa conduzir o país para a concretização de alguma proposta?**

Há duas questões aí envolvidas. A primeira, diz respeito ao elenco de políticas necessárias para assegurar que o país possa recuperar sua capacidade de crescer de forma econômica e ambientalmente sustentável e ir reduzindo pobreza e desigualdades. Neste plano, há consensos e divergências. Há consenso sobre a importância de assegurar, a médio e longo prazos, saúde

e educação universais e de qualidade, renda básica, segurança pública, infraestrutura, estímulos à inovação e ao crescimento ambientalmente sustentável. Mas, há divergências sobre como fazer isso e, especialmente, sobre como criar bases fiscais sólidas para o governo de forma a assegurar recursos para tudo isso. Há também divergências sobre o papel do estado, dos mercados e da sociedade organizada na realização daqueles objetivos, bem como com relação aos valores que os devem inspirar. Divergências são normais em sociedades complexas e é papel das lideranças encontrar consensos mínimos possíveis.

Por outro lado, vivemos uma transição geracional. As lideranças que lutaram pela democracia contra o autoritarismo, escreveram a Constituição reformadora em 1988 e implementaram os direitos que ela consagrou, estão saindo de cena. Há novas lideranças surgindo nos diferentes quadrantes do espaço político: à direita, ao centro e à esquerda. Esse processo toma tempo e pode dar a impressão que existe um vazio. Não há; a disputa eleitoral permite exatamente isso, a apresentação pública de novos líderes que aos poucos ocuparão os espaços que os mais velhos vão deixando.

**Fundação Podemos: A sociedade brasileira parece estar muito fragmentada. Temos a impressão de que os ânimos estão exaltados e a insatisfação com o país é muito grande. Além disso, a desigualdade social permanece muito grande e o país não consegue crescer economicamente. Nesse sentido, poderíamos dizer que a proposta da social-democracia falhou no Brasil pós 1988? Qual seria a receita para o Brasil retomar o crescimento econômico?**

Desde 2013, o Brasil entrou em turbulência política que estimulou a polarização de posições. Toda sociedade mais complexa é fragmentada e a insatisfação com os governos é um traço comum de todas as democracias contemporâneas, mesmo aquelas que funcionam em sociedades menos pobres e menos desiguais. As democracias no mundo convivem hoje com muita desconfiança dos cidadãos com relação a governos e partidos. São democracias de cidadãos insatisfeitos. A proposta social-democrata da Constituição de 1988 não falhou. Ela mudou o país para melhor e criou novas demandas e novas aspirações. Houve universalização do acesso à saúde e educação, programas para os mais pobres, programas para reduzir as desigualdades raciais. Mas, a agenda social-democrata de 1988 claramente se esgotou. As ruas em 2013 já não pediam acesso à saúde e à educação, mas melhores escolas e melhor atendimento

médico. A agenda se esgotou também do ponto de vista do financiamento. Como observou a professora da USP, Marta Arretche, o Brasil até 2013 fez política social progressista mantendo uma estrutura tributária regressiva. Isso tem limites.

Ou seja, uma agenda bem-sucedida criou novos problemas e novas demandas, para as quais são necessárias novas propostas e novas formas de financiamento. Some-se a isso, a regressão criada pela crise econômica dos últimos anos e, agora, os estragos feitos pela pandemia.

**Fundação Podemos: Há um clima de tensão política no Brasil. O atual presidente parece não se sentir muito à vontade com os limites constitucionais que a ordem jurídica democrática brasileira impõe ao Poder Executivo. Por outro lado, parece avançar nas pesquisas de popularidade em razão do auxílio emergencial, que foi disponibilizado para a população mais vulnerável. Diante disso, a senhora acha que há algum perigo de ruptura institucional no Brasil?**

Os brasileiros elegeram um presidente de extrema-direita pouco comprometido com os valores e práticas da democracia liberal representativa. Como bom populista que é, descrê delas e imagina que as eleições lhe permitem governar sem os limites institucionais que

fazem parte da democracia liberal representativa. Se tudo dependesse só dele poderia haver ruptura institucional. Mas, o sistema político brasileiro tem muitos freios e contrapesos que limitam a vontade de um presidente com aspirações autoritárias: a estrutura federativa que dá poder aos governos subnacionais, o peso do legislativo e do sistema judiciário, a fragmentação partidária, a força da sociedade civil organizada e uma grande imprensa livre, mesmo quando majoritariamente conservadora. Basta observar o que está acontecendo na área ambiental. O governo federal vocalizou um discurso atrasado que opunha desenvolvimento a sustentabilidade e promoveu uma política de desmonte das instituições de monitoramento e controle. O desmatamento cresceu e veio uma reação forte. Ela é internacional, mas também nacional, vocalizada pelos principais bancos brasileiros, empresas privadas, organizações não governamentais, imprensa e, também, por governos subnacionais. No Brasil, a discussão sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável avança por fora do governo federal e contra ele.

**Fundação Podemos: Desde a chamada Nova República se consolidou no Brasil um sistema a que se convencionou chamar de Presidencialismo de Coalizão e que, à exceção da eleição de Collor, se organizou eleitoralmente em torno de dois grandes partidos, PT e PSDB, tendo, via de regra, o**

**PMDB como importante base de apoio congressual. No entanto, parece que desde 2013 temos a emergência de uma grande insatisfação social com o sistema político em geral, e desde a eleição de 2014 temos o que aparenta ser um rompimento de acordos implícitos entre a classe política. Diante da sequência de acontecimentos recentes, alguns autores falam em fim da Nova República. A senhora concorda, em linhas gerais, com essa avaliação?**

O presidencialismo de coalizão resulta de o partido do presidente não obter sozinho a maioria do Congresso. Por outro lado, isso é consequência do sistema eleitoral proporcional, das regras de organização e formação da representação partidária no legislativo e do federalismo que, combinados produzem um sistema de partidos extraordinariamente fragmentado.

Desde 1995, esse sistema se organizou em torno de duas coligações eleitorais e governativas: uma de centro-direita em torno do PSDB e outra de centro-esquerda em torno do PT, que se alternaram no governo federal e contaram com o apoio do PMDB/MDB. Esse arranjo parece ter sido tragado pela crise dos anos 2010s. Os partidos continuam aí, embora enfraquecidos, muito enfraquecidos depois das eleições de 2018. Como observei anteriormente, há uma nova geração de líderes chegando.

Por outro lado, mudanças na legislação eleitoral – financiamento, fim das coligações nas eleições sob sistema proporcional, novas regras de financiamento - terão impacto nas eleições futuras e no nível de fragmentação do sistema de partidos.

Só conheceremos as consequências de todas essas mudanças depois das eleições de 2022.

**Fundação Podemos: A figura de Bolsonaro foi eleita com um fortíssimo discurso antisistema e pareceu encontrar um caldo de insatisfações difusas – dentre as quais a mais forte parecia ser o antipetismo – e que foi capaz de lhe valer maioria eleitoral numa eleição presidencial. A senhora entende que essa insatisfação com as instituições políticas e, sobretudo, com a classe política, será perene? Haveria alguma força ou liderança política que possa surgir de “dentro” do sistema de partidos e que seja capaz de se apresentar como alternativa viável? Ou estaríamos, pelo menos até 2022, dependentes do surgimento de figuras que se apresentam como “outsiders”?**

Como disse anteriormente, a insatisfação com a democracia representativa é fato universal, mas gera resultados eleitorais diferentes de país a país. No Brasil, a insatisfação e a desconfiança não são

novas. Sempre houve um contingente significativo de eleitores que declaravam indiferença com relação ao sistema político quando instados a responder se preferiam a democracia ou um regime autoritário. Também a desconfiança com relação ao governo, ao legislativo e, especialmente, aos partidos políticos sempre foi enorme. Isso aparece desde a primeira pesquisa do Latinobarómetro, no começo dos anos 1990s. Ou seja, esses sentimentos estavam lá durante os governos do PSDB e do PT. Eles criam uma disposição favorável à aceitação do discurso populista, mas seu êxito é sempre contingente. Depende da existência de políticos que, como Bolsonaro, se disponham a explorar o mal-estar. Depende também da capacidade que líderes democráticos tenham de oferecer respostas ao descontentamento cidadão.

**Fundação Podemos: A senhora acha possível, ou mesmo desejável, a formação de uma frente ampla o suficiente para agregar forças políticas e partidos até então defensores de projetos opostos, em torno de uma oposição contundente que exija o fim do mandato de Bolsonaro em nome da preservação da democracia?**

No sistema eleitoral de dois turnos, o incentivo é para que os principais partidos apresentem candidatos próprios na primeira volta; na segunda é que podem ou não formar alianças. Penso que as atitudes antidemocráticas do

presidente, especialmente sua retórica beligerante, está estimulando muita conversa entre diferentes grupos e muitos movimentos suprapartidários que reúnem personalidades e organizações da sociedade civil. Mas, não creio que desemboquem em uma frente eleitoral já no primeiro turno.

regras de organização e formação da representação partidária no legislativo e do federalismo que, combinados produzem um sistema de partidos extraordinariamente fragmentado.

**Fundação Podemos: Quais poderiam ser, em linhas gerais, as características de um projeto de país que retome os valores da democracia e enfrente aquilo que é uma de nossas maiores mazelas, a saber, os inaceitáveis níveis de desigualdade econômica e social?**

Não cabe a mim dizer isso. Trata-se de tarefa de partidos e movimentos políticos. Penso, porém, que qualquer projeto de crescimento sustentável e inclusivo tem que ter bases fiscais sólidas. É uma constatação dura, mas inescapável. É preciso desconfiar de políticos que oferecem terreno na lua.

**Fundação Podemos: Atualmente o Brasil adotou um alinhamento praticamente único aos EUA na política exterior. Além disso, tem também adotado um discurso antiglobalista e refratário às**

**instituições multilaterais, como a ONU e a OMS. Como a senhora enxerga esse posicionamento? Quais seriam os ganhos e as perdas com esse alinhamento e possível isolamento?**

Uma insanidade e um desvio do que sempre foi a orientação de nossa política externa: defesa da paz, preferência por soluções negociadas, multilateralismo e esforço de protagonismo nas organizações multilaterais, colaboração com as grandes potências mantendo a autonomia que leva em consideração o melhor interesse do país. O governo Bolsonaro está arrastando o país para a irrelevância internacional.

**Fundação Podemos: Como a senhora compreende o futuro das relações internacionais envolvendo o embate entre China e EUA. Uma vitória de Biden alteraria em algum nível as tensões pré-estabelecidas? O que significaria para o mundo um segundo mandato de Donald Trump?**

Essa já seria outra entrevista.

## Biografia



### *Maria Hermínia Tavares de Almeida*

Maria Hermínia Tavares de Almeida atualmente é pesquisadora sênior do Cebrap e professora titular aposentada do Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP do Instituto de Relações Internacionais, atuando nos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais e em Ciência Política da USP. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1969), doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1979) e pós-doutorado na University of California,

Berkeley (1984). Cientista Política, tem experiência nas áreas de políticas públicas e instituições políticas, especializando-se principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, e opinião pública e política externa. Foi agraciada pela Presidência da República com a Ordem Nacional do Mérito Científico, na classe Comendador (2006) e recebeu Prêmio de Excelência Acadêmica em Ciência Política conferido pela ANPOCS (2013).





fundação podemos  
política para todos

